

QUANDO OS ÍNDIOS NÃO ERAM ÍNDIOS: REFLEXÃO SOBRE AS ORIGENS DO HOMEM PRÉ-HISTÓRICO NO BRASIL

Gabriela Martin

Para Niède Guidon

Resumo

A visão reducionista e eurocêntrica fez dos indígenas americanos seres homogêneos desde o ponto de vista cultural, lingüístico e racial, com a denominação genérica de *índios*. A realidade era, porém completamente diferente, pois a heterogeneidade do elemento indígena compreendia, nos tempos da Conquista e da Colonização, a maior densidade de línguas diferentes do mundo e grupos étnicos que apresentavam variadas categorias socioculturais, desde bandos de caçadores nômades a estados teocráticos. Os povos que a conquista européia apresentava, umas vezes como inocentes criaturas ávidas de serem cristianizadas e outras como seres “nus, selvagens e antropófagos”, dependendo dos interesses políticos do momento, tinham já chegado e colonizado o continente desde possivelmente cinquenta mil anos, chegados por vias múltiplas e em levas sucessivas. A arqueologia pré-histórica que nas últimas décadas tem avançado consideravelmente no país, vem acumulando dados sobre a presença humana nas terras do Brasil, desde o fim do Pleistoceno. As informações relativas às vias de chegada e expansão dos grupos humanos arcaicos no continente sul-americano são praticamente desconhecidas, embora, os caminhos do mar sejam por enquanto, a alternativa mais apropriada.

Abstract

A reductionist and Eurocentric perception turned American Indians into homogenous beings from a cultural, linguistic and racial viewpoint when they were generally named *Indians*. But, reality is completely different, for the heterogeneity of the Indigenous element during Conquest and Colonization times, comprised the largest density of diverse languages in the world and ethnic groups presented varied social-cultural categories, going from bands of nomad hunters to theocratic States. The peoples presented by the European conquests sometimes as naive creatures avid to be christianized and others as “*naked, savage and anthropophagous beings*”, depending on the political interests of the moment, had arrived and colonized the Continent probably fifty thousand years before, through many routes and in successive waves. Pre-historic archaeology, which in the last decades has considerably progressed in the country, accumulated data on the human presence in the lands of Brazil since the end of the Pleistocene. Information related to the incoming routes and expansion of archaic human groups in the South American continent are practically unknown, although the sea route, for the time being, is the more acceptable alternative.

Colombo morreu sem saber que havia descoberto um novo continente, crente de que havia chegado à Índia. Os indígenas encontrados durante as quatro viagens do descobridor foram chamados *índios*, designação, em castelhano, dos habitantes da Índia. O novo nome que designara as populações autóctones dos três continentes americanos foi tão unanimemente aceito que passou a ser usado em quase todos os idiomas, a partir, principalmente, das três línguas européias dominantes nas Américas, a espanhola, a inglesa e a portuguesa. Numa concepção profundamente eurocêntrica, como, aliás, foi toda a compreensão do Novo Mundo por parte dos conquistadores, foram unificadas nações indígenas americanas em um estereótipo único. Todos eram *índios*, iguais ou muito parecidos, e deveriam ser cristianizados, escravizados ou eliminados, dependendo dos interesses e das circunstâncias.

Para entender-se esse conceito básico do que era ser índio, imaginemos que se englobasse dentro da mesma categoria étnica, suecos e espanhóis, enquanto povos cristãos, ou os turcos e os egípcios, já que professam a mesma religião islâmica. A comparação que, em princípio, pode parecer extrema, não o é tanto se pensamos que suecos e espanhóis, embora falando duas línguas distantes, ambas de uma mesma origem indo-européia, o que não acontece entre diversos grupos lingüísticos indígenas americanos, cujas protolínguas não possuem nenhum tronco comum. Foi assim, desde as suas mais remotas origens, grupos étnicos diferentes e de origens diversas, chegados por vias distintas e em épocas distantes entre si, que os povoadores pré-colombianos da América, ficaram conhecidos genericamente como *índios*.

Conceitos tão díspares acerca dos indígenas ao longo da conquista e da colonização, denotam não somente as opiniões pessoais de cronistas e missionários, capitães e aventureiros como também, sem dúvida, idiosincrasias culturais diferentes. A péssima índole dos índios é uma constante repetida sem cessar pela maioria dos que a eles se referiram, especialmente autoridades, embora opiniões bem distintas encontraremos em clérigos, especialmente missionários que, dentro da sua conceituação católica e na obrigação de cristianizar os indígenas, defenderam muitas vezes os direitos destes, declarando-os “fieis súditos de sua Majestade”. Estudando-lhes as línguas e a religião, como melhor forma de os converterem, não deixaram, naturalmente, de criticar-lhes os costumes “próprios de selvagens sem temor de Deus”. A bibliografia a respeito é imensa, quase interminável, se pensada em termos das três Américas, mas basta observar as áreas tropicais como o imenso território brasileiro, para ver-se que a nudez, a promiscuidade, a indolência e a embriaguez, foram denominadores

comuns rejeitados pelos conquistadores e missionários, enquadrando o grande mosaico das culturas indígenas, no parâmetro *índio*. Seja a favor ou contra eles, com palavras de respeito ou de rejeição, as grandes diferenças culturais dos povos americanos pouco ou nada importaram durante os séculos da colonização, como não fora para poder distinguir os mais belicosos dos mais mansos. Cabe aqui situar-nos na mentalidade dos homens do XVI e dos séculos seguintes e tratar de entender as grandes diferenças que nos separam. O que hoje seria considerado politicamente incorreto era normal e até benéfico em outras épocas, além de que, por detrás da preocupação da salvação eterna dos habitantes indígenas da América, existia o afã de lucro e o desejo da posse. Salvo as mentes mais esclarecidas, será que os homens da cultura barroca viram as diferenças culturais e étnicas dos indígenas? Ou para eles todos os índios eram realmente iguais? Pesquisas recentemente realizadas na área de psicologia demonstraram que reconhecemos mais facilmente raças que indivíduos e que tendemos a unificar num mesmo contexto de identificação visual, os indivíduos de raças diferentes à nossa.

A visão míope da colonização fez dos indígenas americanos indivíduos raciais, lingüística e culturalmente homogêneos, quando na realidade eram habitantes de um mundo com a mais alta concentração de línguas diferentes e que apresentavam, antes da conquista, o desenvolvimento sociocultural de todos os níveis registrados no resto do mundo, dentro das denominações de bandos, tribos, chefias e estados. Foi nesse mosaico cultural que se deu o contato nos séculos XV e XVI.

A título informativo e apenas como exemplo neste pequeno ensaio, citarei algumas obras já universais, pela repercussão que tiveram para a história dos povos americanos. Não poderia começar esta pequena relação sem citar a obra do Frei Bartolomé de las Casas, *“Brevisima relación de la destrucción de las Indias”*, na qual interessa tanto o terrível relato como a personalidade do autor. Las Casas, nascido em Sevilha, em 1474, partiu para La Espanhola em 1502, sendo o primeiro sacerdote ordenado na América, em 1510. Obteve uma *“encomienda”* de índios, instituição pela qual os espanhóis podiam-se beneficiar dos trabalhos dos indígenas em troca de doutriná-los e fazê-los deixar a vida selvagem a câmbio de trabalho sedentário e retribuído. Em Cuba, como capelão castrense, obteve um bom repartimento ou *“encomienda”*, onde segundo palavras dele mesmo, *“ocupava-se apenas em mandar os seus índios do repartimento às minas a sacar ouro e preparar sementeiras, aproveitando-se deles quanto mais podia”*. Sua conversão à causa indígena aconteceu

em 1514 durante a Páscoa, sentindo-se chamado por Deus para pregar contra as *encomiendas*, afirmando que os únicos senhores legítimos do Novo Mundo eram os índios e que os únicos que legalmente poderiam ir ali, seriam os missionários para converter os indígenas à fé cristã, sem a presença de homens de armas. Renunciando às suas *encomiendas* regressou a Espanha, para começar sua luta em defesa dos índios e contra as encomendas e repartimentos, obtendo do Cardeal Cisneros, em 1516, o título de “Protetor dos índios”. De volta a América, tratou incansavelmente de difundir suas idéias na Venezuela, Santo Domingo, Guatemala, Nicarágua e Peru, denunciando o tráfico de escravos índios. Voltou a Espanha em 1540, convencido que era na Corte onde deveria continuar sua luta em defesa dos indígenas das colônias espanholas, apoiado na sua *Brevisima relación*, publicada em 1552. Nomeado bispo de Chiapa, na Guatemala, viajou para a sua diocese em 1544, tentando nela impor suas idéias, pelas que foi duramente hostilizado, especialmente quando no seu “*Confesionario*”, o penitente, antes de começar a confissão ficava sabendo que, se tinha escravos índios deveria dar-lhes a liberdade. Seus “*Avisos y reglas para los confesores*”, divulgados no México, resultou em novo escândalo e foram repudiados por todos os bispos da Nova Espanha. De volta à Península, em 1547, retirou-se ao convento de São Gregório de Valladolid, onde pressionado por todos lados, teve que reconhecer que tanto dominicanos como franciscanos e mercedários, obravam “santamente” admitindo escravos índios de acordo com as leis vigentes. Morreu em Madrid em 1566, depois de renunciar a seu bispado e ver que seus mais próximos companheiros missionários lhe escreviam defendendo as encomendas, contra sua própria doutrina.

A “*Brevisima relación de la destrucción de las Índias*”, publicada ilicitamente em 1552, teve ampla divulgação, já à época da sua primeira edição, sendo traduzida para a os principais idiomas cultos da época, inclusive o latim. Não foi a única obra em defesa dos índios, embora fosse a que maior repercussão alcançou e a primeira que se atreveu a denunciar os abusos do colonialismo, embora o primeiro sermão denunciando esses abusos e em prol da liberdade humana no Novo Mundo, seja obra de outro dominicano, Frei Antonio de Montesinos, ao pronunciar o revolucionário sermão “*Soy una voz que clama en el desierto*”.

Entre os muitos documentos existentes no Brasil nos quais se reflete a visão do colonizador em relação ao indígena, citaremos dois que podemos considerar emblemáticos: a obra de Hans Staden, e a “Relação de uma Missão ao São Francisco” de Frei Martin de Nantes. O relato do marinheiro alemão sobre seu

cativo entre os tupinambá teve sua primeira edição em alemão publicada em Marburgo, em 1557, sob o título *“História verídica de uma terra de selvagens, nus e cruéis, comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo de América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen, até os dois últimos anos, visto que Hans Staden de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria, e que agora traz ao público com essa impressão.”*

Staden que já tinha estado em Pernambuco, Itamaracá e na Paraíba na sua primeira viagem ao Brasil, voltou com um navio espanhol desde Sevilha, foi aprisionado em Bertioga e levado a uma aldeia em Ubatuba, permanecendo nove meses entre os tupinambás. O relato é um dos primeiros documentos gráficos sobre a vida dos indígenas brasileiros e foi reproduzido depois, em parte, na obra *“Grandes Viagens”* de Thedor De Bry, publicada em vários livros a partir de 1590, dos quais o terceiro volume (1593) está dedicado ao Brasil, precisamente a partir do relato de Staden e da *“Viagem à terra do Brasil”*, de Jean de Lèry.

O curioso é que, mesmo os descrevendo, *“nus e cruéis, comedores de seres humanos”*, reconhece Staden nos indígenas, subliminarmente, virtudes de solidariedade e confiança e, quando precisamente afirma: *“são um povo no qual não se pode confiar”*, tentava ele enganar seus captos explicando que os franceses do navio que o resgatou enviariam mercadorias em troca, além de mentir ao chefe indígena dizendo que no navio estavam seus irmãos que não o deixavam voltar porque o seu pai o estava chamando. O chefe lamentou que o havia tratado como a um filho e que deveria voltar no próximo navio. Da mesma forma ao comentar o repetido costume de se embriagarem, reconhece *“A bebedeira dura toda a noite.....mas é raro que briguem. São muito solidários entre si; o que um tiver a mais de comida que o outro, lhe dá”*.

Na Europa, dependendo do momento político e do interesse dos países em afirmar sua influência no Novo Mundo, os índios são apresentados de formas muito diferentes, tanto nas representações gráficas como nas descrições escritas. Le Moyne de Borgues, foi contratado em 1564 como pintor oficial da expedição francesa que pretendia colonizar a Flórida. Os desenhos de Le Moyne nos apresentam uns indígenas assemelhados a heróis clássicos e fornidas matronas renascentistas de longos cabelos cacheados. Quando as lutas entre católicos e protestantes se intensificam, as representações dos índios nus frente a guerreiros armados, passam a ser o estereótipo do espanhol cruel frente

ao indígena inocente. A visão idílica dos índios das primeiras décadas da Conquista, passará posteriormente para uma visão mais sombria de indígenas canibais e bestiais, arredios ao Cristianismo. Segundo a colonização avançava e a disputa pelas terras acirrava-se, a monstrosidade e selvageria dos indígenas tomava ares mais trágicos. A idéia de um inocente habitante do Brasil, que vai aparecer na carta de Vaz de Caminha, desaparecerá frente à imagem de um mundo de bestialidade e canibalismo.

Na obra de De Bry apresentam-se os índios ora como agressores, ora como agredidos, dependendo dos interesses políticos de cada momento, pois os quatorze livros de que consta a série foram publicados entre 1590 e 1634. Nota-se, repetidamente, a intenção de denegrir a imagem dos conquistadores espanhóis, cuja fama de crueldade e de cobiça tinha-se espalhado por toda Europa.

Embora muitos desses documentos nos pareçam hoje estarrecedores em matéria de comportamento humano, temos que nos colocar na posição ideológica dos homens daquele tempo, entendendo que, na maioria dos casos, o comportamento além do desejo de lucro, era também fruto da ignorância. Certos comentários ingênuos feitos por homens de ciência assim o demonstra. No prefácio da edição original de Staden de 1556, assinado pelo Dr. Johannes Dryander conhecido como Eichmann, professor catedrático da Universidade de Marburgo, podemos ler: “...sábios e que se sobresaem também nas belas artes, duvidam e não querem reconhecer que podem existir antípodas, isto é, homens que de certa forma estão num lugar oposto da Terra e com seus pés contra os nossos, portanto com a cabeça e o corpo pendurados para baixo no céu, e que mesmo assim não caem”. Quando contemplamos as imagens fantásticas de seres monstruosos habitantes das terras do Novo Mundo, nas quais acreditavam piamente, não podemos estranhar os terríveis adjetivos dedicados aqueles homens de aspecto e cultura tão díspar ao seu mundo.

Afonso d’Escragnolle-Taunay, de origem francesa embora nascido no Brasil, em 1876, recolhe na sua obra “Monstros e Monstregos do Brasil. Ensaio sobre zoologia fantástica brasileira nos séculos XVII e XVIII”, uma interessante recopilação, não desprovida de humor, das credices fantásticas em seres monstruosos existentes no Brasil, tanto de animais como de homens. Destaca a imagem de um índio da tribo *iwaipanoma*,(?) representada em mapas holandeses do século XVIII, que não tinha cabeça e conseqüentemente, apresentava a face sobre o peito, desenho que, sem dúvida, contrasta com a versão idílica dos belos indígenas representados na obra de De Bry (figura 1—2).



Figura 01



Figura 02

Representação de uma índia na obra de Le Moyne, pintor oficial da missão francesa que pretendia colonizar a Flórida (1564). A visão idílico-renascentista da figura 01, contrasta com a monstruosidade da imagem do índio da Amazônia representado num mapa holandês do século XVIII.

Entre os religiosos que pretendiam defender os índios, embora partindo de um conceito de cristianismo muitas vezes altamente intolerante, destaca-se, no Brasil, o frei Martin de Nantes, franciscano francês vindo em substituição dos jesuítas expulsos do Brasil. Na sua "Relação de uma missão no rio São Francisco", publicada pela primeira vez em francês, em 1706, como "*Relation succinte et sincere de la Mission du Pere Martin de Nantes, Predicateur Capucin, Missionnaire Apostolique dans le Brezil parmy les Indiens appellés Cariris*", representa um documento precioso para entender-se o destino inexorável das nações indígenas do Nordeste do Brasil, especialmente nas

terras do vale do São Francisco, pertencentes à Casa da Torre, dos Garcia d'Ávila por doação do rei de Portugal. A relação alcança aspectos épicos ao relatar a travessia dos índios pelo rio São Francisco, a perda das suas armas e como os portugueses os aprisionaram e dois dias depois os mataram a sangue-frio, escravizando suas mulheres e filhos. Eufemismo, certa ingenuidade e, ao parecer, desejo sincero de ajudar o gentio, refletem-se na obra de Martin de Nantes. A salvação das almas dos indígenas é, sem dúvida, o fim primordial do capuchinho, embora coexista com o desejo de lhes fazer justiça cristã, não por isso menos misericordiosa. Tanto assim que a obra está dedicada logo na primeira página a Jesus Cristo Redentor do Mundo, lamentando não ter conseguido todos os frutos desejados para “*secundar as manifestações amorosas de Vossa Graça a respeito desses pobres selvagens*” ao mesmo tempo que solicita orações dos leitores da sua Relação como forma de “*obter Vossa Misericórdia para a salvação desses pobres índios*”. Mesmo detrator das injustiças, há em Martin de Nantes um certo ar de resignação frente à infâmia dos portugueses, bem diferente à indignação de Las Casas na sua *Brevisima relación*.

Com esses exemplos queremos apenas chamar a atenção para o fato de que nas diversas interpretações, opiniões ou soluções propostas pelos colonizadores ou missionários, sejam em defesa, detrimento, crítica ou apoio aos indígenas do Novo Mundo, o denominador comum é sempre o mesmo: índios são índios e a sua estrutura social deve ser modificada e adaptada às normas sócio-políticas dos novos donos, seja por via violenta ou pacífica. Não se estuda nada relativo a eles que não seja para modificá-los. Sua forma de vida pode ser objeto de curiosidade, embora não se pretenda escrever e muito menos respeitar a sua história. Desse modo, a história é a história dos povos civilizados e a história indígena é etnografia ou como observa o antropólogo José Alcina Franch (Las Américas, 1991), a história da América é a história dos espanhóis, portugueses e ingleses na América, e o indígena apenas forma parte da paisagem, mas sem constituir a *história* do continente antes da chegada dos europeus.

Tomando os povos indígenas da América na sua história, chamamos no Brasil de *pré-história* a história indígena até 1500 A.D. Embora sejam disciplinas que se estudam separadamente e com métodos diferentes, pré-história e história são inseparáveis e complementares, na medida que ambas procuram entender e contar a trajetória da aventura humana. Os documentos coloniais são preciosos para entender certos comportamentos que não se explicam apenas com as informações que a cultura material nos fornece e, paralelamente, os dados que a arqueologia proporciona, podem ser afirmativos ou negativos do

documento escrito. Assim, os estudos de pré-história desenvolvidos mais intensamente nas últimas décadas, no Brasil, nos permitem saber comportamentos, rituais e estratégias de sobrevivência desses povos “*nus, selvagens e antropófagos*”. A antropologia pré-histórica, a história indígena e a etnografia têm permitido contextualizar-se áreas representativas da diversidade cultural dos povos indígenas numa trajetória interdisciplinar que se complementa.

Os primeiros habitantes do Brasil já eram índios? A pergunta que a primeira vista parece carente de sentido merece uma reflexão. Tradicionalmente afirma-se que todos os habitantes das Américas anteriores à conquista europeia eram de tronco mongólico, reforçado pela teoria clássica de que as primeiras levas que povoaram o continente americano chegaram exclusivamente através da Beríngia. Todos os restos ósseos humanos achados nas Américas datados com anterioridade aos dez mil anos BP, pertencem sem dúvida a indivíduos de origem asiática; a exceção seria apenas o crânio coletado na região de Lagoa Santa por Annette Laming-Emperaire, na década de 70 e publicado depois como pertencente a um indivíduo feminino negroide, apelidado de Luzia, no rastro da famosa Lucy africana. Foi ventilada a hipótese de um primitivo povoamento africano no continente americano, anterior às levas mongolóides e o achado deu margem, inclusive, a interpretações espalhafatosas em um programa da BBC inglesa, no qual tomando como pano de fundo o Sítio do Boqueirão da Pedra Furada, no Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí, grupos “amarelos” exterminaram os negros pré-históricos anteriores, numa animação completamente arbitrária. Houve manifestações de pesquisadores franceses, entre eles o paleontólogo Yves Coppens, além de Claude Guerin, Martin Foure e Anne Marie Pessis, comentando a pouca seriedade das afirmativas baseadas apenas em um crânio achado em duvidosa estratigrafia, desprezando-se qualquer estatística na qual se assentasse afirmativas tão categóricas para o povoamento da América. Sensacionalismos aparte, os dados existentes e armazenados durante décadas nos principais centros de pesquisas do mundo dedicados à Americanística, assinalam que as populações indígenas existentes no Novo Mundo, provem de levas mongolóides chegadas pela Beríngia e posteriormente por vias transpacíficas.

A participação no povoamento pré-histórico da América de elementos raciais diferentes dos grupos asiáticos é questão que se ventila desde a época de Paul Rivet nas primeiras décadas do século XX. Na teoria do povoamento múltiplo, o elemento africano sempre foi contemplado como uma possibilidade e houve numerosas tentativas de comparar-se elementos culturais dos continentes

africano e sulamericano. Entre eles vale citar o caso das chamadas “pintaderas”, formas de pintura corporal existentes na África, nas ilhas Canárias e na América indígena (Alcina Franch 1956.) Em 1971, já se tinham publicado os resultados do I Simpósio Internacional sobre possíveis relações transatlânticas precolombianas, reunido nas Ilhas Canárias (Espanha), a qual seguiram-se outras reuniões inclusive em países africanos, como foi o simpósio de Dakkar (Senegal). A falta de dados confiáveis e de novas perspectivas não fez avançar a teoria africana do povoamento americano, embora nunca fosse definitivamente abandonado, levantando-se periodicamente a questão, quando se procura explicação plausível para o povoamento do continente sulamericano, independentemente do da América do Norte.

Na América do Sul, duas ocupações pré-históricas mantêm a polemica em torno do mais antigo registro do povoamento do Novo Mundo: Monte Verde, no Sul do Chile e Boqueirão da Pedra Furada no Nordeste do Brasil, datados respectivamente a partir de 33.000 e 48.000 anos BP. Niède Guidon, responsável pelas escavações na Pedra Furada, no Parque Nacional Serra da Capivara, levantou também a hipótese de navegações transatlânticas, originárias da África, para as levas mais antigas de povoadores do subcontinente americano. Malgrado o avanço de estudos sobre correntes marinhas e expedições experimentais capazes de provar a viabilidade das navegações pré-históricas através do Atlântico, os “caminhos do mar” percorridos pelo homem na Pré-história, são difíceis de provar e quase impossível de demonstrar, motivo porque permanecem sempre no terreno das hipóteses.

Os grupos humanos mongolóides, desde o ponto de vista estritamente físico e dos elementos que os caracterizam como tal, definem-se a partir de trinta mil anos antes dos tempos presentes. Conseqüentemente, esses hipotéticos primeiros habitantes do continente sulamericano não seriam ainda “índios” no sentido físico da palavra. Em todo caso pertenceriam a grupos proto-mongolóides que evoluíram já nas Américas ou extinguíram-se muito antes da chegada das levas mais recentes, ancestrais dos indígenas modernos.

A antiguidade do homem na América tem, além do interesse científico dos princípios do povoamento, a mística das origens, visibilidade na mídia e o discurso vaidoso de ser o primeiro a definir quando, de onde e por onde os primeiros americanos ocuparam o continente. Aliás, esse termo “primeiro americano” já fora usado profusamente em livros e periódicos de caráter científico ou de divulgação. Trata-se apenas de uma frase de efeito, pois, na realidade, não

é possível definir quais foram os primeiros homens a pisar no continente e muito provavelmente nunca se saberá, sendo sempre possível a descoberta de novos homens e novos caminhos.

No Brasil o problema não é diferente dos outros países e, por extensão, “os primeiros brasileiros” são também motivo de disputas e não poucas vaidades, com suas ubiquações mineira, amazônica ou piauiense. O calor, a umidade, as terras ácidas e certas idiosincrasias entre o homem pré-histórico na hora de enterrar seus mortos, têm sido fatores negativos para a preservação dos restos esqueléticos dos primeiros habitantes do Brasil.

Porque isso é tão importante? Porque mais do que se conhecer qualquer aspecto das culturas indígenas do Brasil, dos primitivos habitantes do Brasil, nos interessam tanto essas origens, essas datas antigas que nos inquietam tanto, porque incomodam tanto, muitas vezes sem argumentos científicos de peso para se aceitar ou invalidar a confiabilidade dos documentos? Ninguém se lança em jornais e revistas a discutir fatos tão importantes para a Arqueologia. Brasileira como as migrações tupiguarani, por exemplo, mas quando se trata do povoamento antigo pelos primeiros povoadores do continente americano, muitos querem aparecer e contestar o conceito do mais antigo. Uma das explicações, em parte primária embora seja verdadeira, é sem dúvida, a vaidade, a outra é mais profunda e a podemos procurar nas nossas origens e no desejo ancestral de um passado heróico. Não são palavras minhas, são do cientista Arnold Hauser, ao afirmar no capítulo dedicado ao Paleolítico na sua grande obra “História social da Literatura e da Arte”, que a lenda da Idade de Ouro é muito antiga¹ e quando a ciência nos demonstra que é muito difícil continuar acreditando em Adão e Eva, porque somos descendentes de uns antropóides africanos, a paternidade da descoberta do mais antigo macaco ou mais antigo habitante do Brasil que seria o nosso caso, os cientistas e sobretudo os pseudo-cientistas não aceitam deixarem de ser os pais da criatura e passam a esgrimir argumentos ociosos, não diferentes aos que foram usados por sacerdotes ou adivinhos tentando provar as origens divinas e superiores de determinada dinastia.

Ao pretender analisar quando o homem chegou à América e para não nos espantar com a possibilidade de um recuo cronológico que contraria as datas consideradas seguras, porque tradicionais, impõe-se uma reflexão sobre as descobertas das últimas décadas no Mundo, várias delas espetaculares no que se refere à evolução humana e à capacidade exploratória do gênero *homo*. Os achados, na década de 90 do século passado, do *homo antecessor*, no sítio de

Atapuerca (Espanha) datado de 900.000 anos e do homem de Dmanisi, na região do Cáucaso (Geórgia) com uma antiguidade de 1.750.000 anos, coloca a questão da migração do *homo erectus* da África para a Europa e, mais importante ainda, a adaptação desses hominídeos, a ambientes com invernos extremamente frios, cujo *habitat* originário era a floresta tropical.

Ao teorizar sobre as rotas que levaram o homem à América, temos que pensar na tecnologia do frio e na tecnologia da navegação. Para circular por regiões extremamente frias não basta conhecer o fogo. O homem deve ter desenvolvido formas de se proteger do frio, o que lhe permitiria circular por regiões de temperaturas extremas. Em relação à navegação sabemos hoje que o homem desenvolveu técnicas de navegação possivelmente na fase *erectus*. O achado do *h. erectus* na ilha das Flores, na Indonésia, levantou a hipótese do conhecimento da navegação por essa espécie. A dilatação das cronologias para a origem e dispersão do *homo sapiens*, que ultrapassa os cem mil anos, abriu também novas perspectivas para que o povoamento da América possa ter acontecido em datas muito anteriores às cronologias tradicionais, já ultrapassadas, que situavam as primeiras levas em torno de 12.000 anos.

Além do crânio de Luzia, (Lapa Vermelha IV, MG) datado entre 9300 e 9500 anos (cronologia fornecida por Beta Analytic) e estimado pelos autores do artigo que a apresentou em 11.500 anos, baseados na estratigrafia do achado (Neves et alli, 1999), os dentes humanos da Toca do Garrincho foram datados em 12000 anos BP (N. Guidon et alli, 2000), a mulher do sítio do Antônio teve uma datação de 9700 anos e o esqueleto da Toca dos Coqueiros (Guidon et alli, 1998) forneceu uma data de 9870 anos BP, todos três no Parque Nacional Serra da Capivara, (PI). Datações de 9000 anos BP foram obtidas de carvões associados a enterramentos infantis na região do Seridó, RN e no sítio do Alexandre, na mesma região, o esqueleto de uma mulher foi datado em 8600 anos BP. Um esqueleto de 9000 anos procedente de um sambaqui fluvial do Vale do Riberira (SP), seria até agora o mais antigo “homem do sambaqui”.

Os restos humanos pré-históricos do Brasil, datados com segurança, não ultrapassam os 12000 anos BP em números redondos, embora vestígios arqueológicos e dados fornecidos pelas ciências propedêuticas da Arqueologia contribuam com dados independentes a afirmar a antiguidade do povoamento pré-histórico americano. Pesquisas genéticas realizadas pela Escola Paulista de Medicina, de Ribeirão Preto, (SP), afirmaram uma antiguidade em torno de 20.000 anos para a presença do homem no Brasil. Pesquisas sobre

paleoparasitologia realizadas por pesquisadores da Fiocruz (RJ) sobre coprólitos humanos de mais de 7000 anos BP, de sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara, demonstraram a impossibilidade da procedência das parasitas detectadas, terem sido adquiridas por grupos humanos chegados pela via de Bering, o que levanta a já conhecida hipótese da via marítima. As patinas de calcita depositadas sobre pinturas rupestres na Toca da Bastiana, na área do mesmo Parque Nacional, foram datadas em 35000 anos, o que significaria uma data insólita para os registros rupestres no nível mundial (S.Watanabe et alli, 2002).

Os dados arqueológicos procedentes de escavações sistemáticas realizadas em Goiás, em Minas Gerais, no Mato Grosso e no Piauí, obtidos nas duas últimas décadas, assinalaram repetidamente a presença humana, no Brasil, a partir de 15000 anos, sem que isso seja já motivo de surpresa nem de grandes contestações pelos ainda partidários das cronologias curtas. Acrescenta-se ao anterior a demonstração da presença humana na Amazônia desde ao menos 11000 anos, quando durante décadas se tinha considerado o povoamento tardio da região.

Em menos de dez anos, os dados relativos às populações pré-históricas do Brasil aumentaram consideravelmente. Esses dados cresceram tanto em quantidade como em qualidade. A crítica e a autocrítica se fizeram mais evidentes e as pesquisas sistemáticas ganharam continuidade. Malgrado a dedicação de grande parte dos arqueólogos que trabalham no Brasil, á arqueologia de contrato, quase sempre com poucos resultados científicos, grupos de pesquisadores das instituições mais respeitadas, empenham-se na pesquisa científica básica sem a preocupação do lucro imediato. Ainda serão necessárias muitas pesquisas para que se saiba, com segurança, a partir de quando e de onde o continente sulamericano foi povoado pelo homem e, concretamente, as regiões que hoje formam o Brasil, mas os dados que vão se acumulando já demonstram suficientemente a sua presença no Pleistoceno. Outro dado complexo é o período final da chegada ao continente de levas asiáticas, anteriores à colonização européia, tema não menos importante embora sem o atrativo e a mística da primeira chegada. Somente partindo do princípio da existência de uma colonização continuada durante milênios e por vias múltiplas, é possível entender-se a diversidade das culturas indígenas americanas, as quais haviam ocupado praticamente todas as regiões das três Américas e se adaptado a ecossistemas tão diversos como são as regiões setentrionais e austrais ou as florestas tropicais do continente.

Referências bibliográficas

- LAS CASAS, Bartolomé. **Brevísima relación de la destrucción de las Indias**. Alianza Editorial, Madrid.
- TOVAR, Antonio. (1984) **Catálogo de las lenguas de América del Sur**. Ed. Gredos, 2ª Ed. Madrid.
- FRANCH, José Alcina. (1991), **Las Américas. Introducción general**. Ed. Akal, Madrid.
- FRANCH, José Alcina. (1956), Las "pintaderas" de Canarias e sus posibles relaciones con América. *Anuario de Estudios Atlánticos*, 2, Madrid.
- TAUNAY A. Fonso d'Escragnolle. (1956), **Monstros e mostrengos do Brasil. Ensaio sobre a zoologia fantástica brasileira nos séculos XVII e XVIII**. (1998), Companhia das Letras, SP.
- NANTES, Martin de. (1979), **Relação de uma missão no rio São Francisco Brasileira** 368, Ed. Nacional, SP.
- ARAUJO, Adauto; FERREIRA, L.F. (1996), Paleoparasitologia e Povoamento da América *Fundamentos I*, Anais da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas. Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato, PI, Brasil. DORTA, E.M. (1971), Viajes accidentales a América. *Anuario de Estudios Atlánticos*, 7, Madrid.
- NEVES, Walter; POWELL, J.F.; PROUS, A.; OZOLINS, E.G.; BLUM, M. (1999) Lapa Vermelha IV, Hominid I: morphological affinities of the earliest known American. *Genetics and Molecular Biology*, 22,4.
- NEVES, Walter; POWELL, J.F.; OZOLINS, E.G (1999). Extra-continental morphological affinities of Lapa Vermelha IV, Hominid I: A multivariate analysis with progressive numbers of variables. *Homo*, 50.
- PERICOT, Luis; FRANCH, José Alcina. (1971) I Simposio Internacional sobre posibles realaciones trasatlánticas precolombianas. *Anuário de Estudos Atlânticos*, 7, Madrid.
- RIVET, Paul. As origens do homem americano. (1958) Ed. Anhembi, SP.
- PARENTI, Fabio. (2002), **Le gisement quaternaire de Pedra Furada (Piauí, Brésil). Estratigraphie, chronologie, évolution culturelle**. 2 vol. *Éditions Recherche sur les Civilisation*. Ministère de Affaires Étrangères, Paris.
- DE BRY, Theodor (1995) **América (1590-1634)**. Ediciones Siruela, Madrid.
- PEYRE, Evelyne. **Nouvelle découverte d'un homme préhistorique américain: une femme de 9700 ans au Brésil**. (1993), *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris*.
- GUIDON, Niede; PESSIS, Anne-Marie. (1995). Falsehood or untruth? A reply to Meltzer, Adovasio and Dillehay. *Antiquity*, 70.
- GUIDON, Niede; DELIBRIAS, G. (1986) Carbon-14 dates point to Man in the Americas 32.000 years ago.
- GUIDON, Niede; DELIBRIAS, G. (1985) Inventaire des sites sud-américains antérieurs à 12.000 ans. *L'Anthropologie* 89 (3).

- GUIDON, Niede; PEYRE, Evelyn; GUERIN, Claude; COPPENS, Yves. Resultados da datação de dentes humanos na Toca do Garrincho, Piauí, Brasil (2000) **CLIO-Série Arqueológica n. 14**, *Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB*, Recife, UFPE.
- STADEN, Hans. (1955) **Viagem ao Brasil**. Livraria. Progresso Ed. (Coleção de Estudos Brasileiros. Série Cruzeiro, 10), Rio de Janeiro.
- WATANABE, Shiguo; AYTA, W.E.F.; HAMAGUCHI, H (2002) Some Evidence of date of first human to arrive in Brazil. *Journal of Archaeological Science*, **29**

Notas

Gabriela Martin - Universidade Federal de Pernambuco, NEA - Núcleo de Estudos Arqueológico - gmarvila@terra.com.br

- 1- A lenda da Idade de Ouro é muito antiga. Não conhecemos com exatidão a razão de tipo sociológico em que se baseia a veneração pelo passado; é possível que tenha suas raízes na solidariedade familiar e tribal e no desejo das classes privilegiadas de justificar suas prerrogativas na herança. De qualquer forma o convencimento de que o melhor é sempre o mais antigo é muito forte até hoje...